

A politização da Stock Car pela UFMG: ecologia, colonialidade e resistência em Belo Horizonte

The Politicization of Stock Car by UFMG:
ecology, coloniality, and resistance in Belo Horizonte

André Quintão da Silva

Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte/MG, Brasil
Doutorando em Comunicação Social, UFMG
andreqsilva@outlook.com

RESUMO: Este estudo analisa como a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) politizou os impactos socioambientais da Stock Car em Belo Horizonte, utilizando o Instagram como espaço de disputa simbólica. O objetivo é compreender como a instituição articula a ecologia decolonial e teorias da politização para desafiar as hierarquias colonial e ambiental. A metodologia qualitativa baseou-se em análise de conteúdo e enquadramento de 39 postagens publicadas entre fevereiro e agosto de 2024, catalogadas em planilha Excel. Os resultados revelam uma evolução discursiva da UFMG, do Tipo 1 ao Tipo 3. Enquanto o Tipo 1 reproduz parcialmente a fratura ambiental ao priorizar soluções técnicas, os Tipos 2 e 3 conectam os impactos à colonialidade do desenvolvimentismo, denunciando a exploração histórica dos espaços urbanos. A defesa da dignidade animal e a rejeição da compensação ambiental sinalizam uma perspectiva decolonial embrionária. Contudo, a ênfase em métricas econômicas e a ausência de vozes além da comunidade acadêmica limitam a pluralidade epistêmica. Conclui-se que a UFMG emerge como ator decolonial ao articular memória institucional, rigor científico e resistência coletiva, mas sua abordagem oscila entre crítica técnica e estrutural. Futuros estudos devem integrar narrativas comunitárias para fortalecer a interseção entre ecologia decolonial e justiça ambiental no Sul Global.

PALAVRAS-CHAVE: Politização; Ecologia decolonial; Stock Car; UFMG; Justiça ambiental.

ABSTRACT: This study analyzes how the Federal University of Minas Gerais (UFMG) politicized the socio-environmental impacts of the Stock Car in Belo Horizonte, using Instagram as a symbolic battleground. The aim is to understand how the institution articulates decolonial ecology and politicization theories to challenge colonial and environmental hierarchies. The qualitative methodology was based on content analysis and framing of 39 posts published between February and August 2024, cataloged in an Excel spreadsheet. The results reveal a discursive evolution of UFMG: from Type 1. While Type 1 partially reproduces the environmental fracture by prioritizing technical solutions, Types 2 and 3 link the impacts to the coloniality of development, denouncing the historical exploitation of urban spaces. The defense of "animal dignity" and rejection of environmental compensation signal an emerging decolonial perspective. However, the emphasis on economic metrics and the absence of voices beyond the academic community limit epistemic plurality. It is concluded that UFMG emerges as a decolonial actor by articulating institutional memory, scientific rigor, and collective resistance, but its approach oscillates between technical and structural critique. Future studies should integrate community narratives to strengthen the intersection between decolonial ecology and environmental justice in the Global South.

KEYWORDS: Politicization; Decolonial ecology; Stock Car; UFMG; Environmental justice.

INTRODUÇÃO

Proibido escalar. Proibido sentir o ar de liberdade destes
cimos, proibido viver a selvagem intimidade destas pedras
que se vão desfazendo em forma de dinheiro. Esta serra
tem dono. Não mais a natureza a governa. Desfaz-se, com
o minério, uma antiga aliança, um rito da cidade. Desiste
ou leva bala. Encurralados todos, a Serra do Curral, os
moradores cá embaixo.¹

Em 2024, a realização da Stock Car em Belo Horizonte desencadeou uma série de controvérsias que extrapolam o âmbito esportivo e evidenciam os impactos sociais, ambientais e urbanos do evento. A instalação do circuito temporário no entorno do Estádio Mineirão enfrentou a resistência de moradores locais, ativistas ambientais e da comunidade acadêmica da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), que apontaram impactos negativos associados ao evento.² Essas críticas ganharam ainda mais fôlego diante das extremidades climáticas enfrentadas por Belo Horizonte ao longo de 2024. Naquele ano a cidade enfrentou uma epidemia de dengue entre os meses de fevereiro e junho³ e, apesar de registrar o terceiro outubro mais chuvoso de sua história,⁴ a capital mineira também enfrentou o maior período de estiagem desde 1961.⁵

As principais críticas quanto a realização da Stock Car na região da Pampulha foram o excesso de ruído gerado pela competição, afetando o bem-estar da população local e as atividades científicas, como as pesquisas em laboratórios da UFMG.⁶ De acordo com balanço realizado pela UFMG após o evento, a instituição teve um gasto de R\$ 1 milhão em medidas de mitigação dos impactos, além da necessidade de remoção de animais do Hospital Veterinário e da morte de peixes mantidos em

¹ DRUMMOND. Triste horizonte, p.11-4.

² CAMILO. Moradores fecham ruas do Mineirão após PBH iniciar corte de árvores para corrida.

³ Belo Horizonte. Decreto nº18.632, 16 de fevereiro de 2024.

⁴ VASCONCELOS. I.

⁵ LEÃO. Belo Horizonte registra chuva após cinco meses de estiagem.

⁶ MPF. MPF pede novamente que justiça suspenda corrida da Stock Car em Belo Horizonte.

ambiente controlado. Além disso, as críticas destacaram a remoção de vegetação nativa, com o corte de 63 árvores para adequar as vias ao traçado da corrida,⁷ denunciando o impacto no microclima local, já fragilizado pelas reformas anteriores no entorno do Mineirão, realizadas para sediar a Copa do Mundo FIFA 2014.⁸

Apesar disso, os organizadores do evento argumentaram que os benefícios econômicos e a projeção internacional justificavam a realização da corrida. Ao utilizar os estudos conduzidos pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada de Minas Gerais (Ipead), os organizadores projetaram um impacto econômico entre R\$ 215 milhões e R\$ 285 milhões ao longo de cinco anos, sendo R\$ 177 milhões relativos à movimentação do público com alimentação e transporte, entre outros serviços.⁹ Ainda de acordo com a organização do evento, a cidade de Belo Horizonte se beneficiaria da projeção em 171 países por meio de coberturas midiáticas internacionais. Por fim, outro ponto destacado foi a criação de aproximadamente 2 mil empregos diretos e indiretos.¹⁰

Desse modo, o evento automobilístico atinge a esfera pública de debate, configurando-se como um espaço de disputa simbólica e material sobre o território urbano de Belo Horizonte. A construção de circuitos temporários, sem diálogo com a comunidade impactada, descaracteriza paisagens e reflete a prioridade dada aos interesses privados em detrimento do direito à cidade e à justiça ambiental. Tal fato evidencia as hierarquias socioespaciais de uma cidade que, sob o contexto da realização da Stock Car em Belo Horizonte, escreve mais um capítulo da lógica colonial e extrativista que perdura por toda a história do estado de Minas Gerais. Então, torna-se evidente a tensão entre as expectativas de uso do espaço urbano e as formas como ele é apropriado.

Diante dos desafios urbanos e climáticos, que, apesar de possuírem traços em comum, se manifestam de maneira diversa em cada contexto geográfico, diferentes

⁷ NINJA. Entenda as consequências sociais e ambientais da instalação da pista de Stock Car em Belo Horizonte.

⁸ CAMILO. Árvores ameaçadas foram plantadas em 2013 para compensar reforma no Mineirão.

⁹ IPEAD. GP de Belo Horizonte - Stock Car deve gerar impacto de até R\$ 285 milhões na economia de Belo Horizonte.

¹⁰ STOCK CAR. BH entra na reta final de preparação para a Stock Car.

áreas do conhecimento têm se dedicado a compreender a relação entre atividades esportivas e o meio ambiente, buscando alternativas para minimizar os impactos socioambientais causados por essas práticas. Embora ainda escassos no Brasil, os estudos que exploram a interseção entre o esporte e o meio ambiente têm recebido atenção crescente na literatura internacional. No entanto, essas investigações têm se concentrado nas áreas das ciências do esporte e na gestão esportiva, abordando os impactos ambientais, coletivos ou individuais, das organizações, dos organizadores e das instalações esportivas. Desde a década de 1990, esse campo de estudos tem se caracterizado por termos como “gestão esportiva sustentável”, “sustentabilidade ambiental esportiva” e, mais recentemente, “ecologia esportiva”.¹¹

Mallen et al.¹² destacaram em seus estudos um crescimento significativo no interesse acadêmico por esse tema, com um aumento de 311% nas pesquisas entre a primeira e a segunda década do século XXI. No estudo, Mallen et. al. identificaram 53 artigos que tratavam da relação entre esporte e questões ecológicas. De forma complementar, um estudo de revisão conduzido por Trendafilova e McCullough¹³ analisou 84 artigos publicados entre 2007 e 2017, classificando-os em três categorias: gestão esportiva; comportamento de espectadores e torcedores; e gestão de instalações esportivas.

Todavia, embora esses estudos de revisão representem uma vertente crítica do campo, questionando a sustentabilidade pregada pelos discursos empresariais e provocando e incentivando o campo a aprofundar as pesquisas voltadas para questões sociais, ainda se observa uma carência teórica disruptiva. Essa lacuna refere-se, sobretudo, à ausência de um debate mais amplo que incorpore as perspectivas do Sul Global e proponha mundos possíveis para enfrentar a crise climática.

Com isso em vista, este artigo tem como objetivo compreender como a UFMG politiza a realização da Stock Car no entorno do Mineirão. Para isso, estabelecemos

¹¹ MCCULLOUGH. Advancing sport ecology research on sport and the natural environment, p. 814-5.

¹² MALLEN; STEVENS; ADAMS; MCROBERTS. The Assessment of the Environmental Performance of an International Multi-Sport Event, p. 97-122.

¹³ TRENDAFILOVA; MCCULLOUGH. Environmental sustainability scholarship and the efforts of the sport sector: a rapid review of literature.

dois pilares teóricos principais: os estudos de processos de politização,¹⁴ e a discussão epistêmica da ecologia decolonial.¹⁵ Para alcançar esse objetivo, propomos realizar uma análise de conteúdo e de enquadramento das postagens da UFMG no Instagram, referentes a Stock Car, a fim de compreender o processo de politização e como ele estabelece diálogos com as fraturas colonial e ambiental.

Assim, foram examinadas 39 postagens publicadas no Instagram da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG (@ufmg) entre 28 de fevereiro de 2024 e 19 de agosto de 2024. O corpus inclui conteúdo multimídia (imagens estáticas, carros-séis e vídeos) e legendas, selecionados segundo critérios de relevância temática (menção direta à Stock Car ou aos seus impactos) e temporalidade (pré-evento, período de realização e pós-evento). As postagens foram catalogadas em planilha Excel, com descrição detalhada de formato, colaborações institucionais e transcrições de áudio/vídeo via Adobe Premiere.

Como resultado, identificamos que a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), enquanto instituição pública impactada pela realização da Stock Car, adotou uma abordagem que progrediu de denúncias técnicas pontuais (Politização de Tipo 1) à denúncia de estruturas colonial e ambiental (Politizações de Tipos 2 e 3), conforme evidenciado pela análise de 39 postagens no Instagram. Inicialmente, a postura da universidade parece motivada por interesses institucionais, como a proteção de pesquisas científicas e serviços essenciais afetados pelo evento. No entanto, a investigação revela que a UFMG ampliou seu papel ao articular uma politização híbrida, combinando dados quantitativos com críticas à colonialidade do desenvolvimento, denunciando a exploração histórica de espaços urbanos e a priorização de interesses privados sobre o bem comum.

Nesse processo, observamos uma tensão entre a defesa de soluções pragmáticas e a promoção de narrativas decoloniais, como a rejeição da compensação ambiental e a defesa da dignidade animal. A hipótese central deste estudo é confirmada: a UFMG politiza a interseção entre esporte e crise climática por meio de uma perspectiva decolonial. Porém a sua estratégia oscila entre a crítica técnica e a estrutural,

¹⁴ HAY. *Why we hate politics*. WOOD; FLINDERS. Rethinking depoliticisation: beyond the governmental.

¹⁵ FERDINAND. *Uma ecologia decolonial*.

reproduzindo hierarquias epistêmicas, privilegiando vozes acadêmicas em detrimento de narrativas comunitárias. Desse modo, é necessário que os estudos futuros observem se a universidade pratica algum nível de despolitização. Assim, o artigo contribui para debates sobre a emergência climática e os esportes no Sul Global, destacando a complexidade de instituições públicas atuarem como atores decoloniais em contextos de disputa simbólica e material pelo território urbano.

Este artigo está estruturado em quatro seções, além desta introdução. Inicialmente, a “Apresentação teórica” integra os conceitos de ecologia decolonial e politização, estabelecendo uma base analítica para capturar as fraturas colonial e ambiental. Na sequência, a seção “Percurso da coleta de dados” detalha e justifica as escolhas e as técnicas de análise de conteúdo e enquadramento utilizadas. A seção “Resultados e discussão” analisa os dados empíricos, categorizando as estratégias discursivas da universidade nos três tipos de politização e relacionando-as às dinâmicas de poder colonial e ambiental. Por fim, a “Consideração final” sintetiza as contribuições do estudo, destacando seu potencial para repensar a interseção entre esporte, comunicação e justiça socioambiental no Sul Global.

APRESENTAÇÃO TEÓRICA

A articulação entre os processos de politização e a ecologia decolonial busca construir um arcabouço metodológico capaz de observar, a partir do campo da comunicação social, como os impactos ambientais de eventos esportivos são narrados e contestados publicamente. Inicialmente, contextualizamos a ecologia decolonial, abordando as fraturas colonial e ambiental como marcas estruturais da modernidade,¹⁶ evidenciando a exploração dos espaços e a forma como o silenciamento das comunidades afetadas estão intrinsecamente ligadas a processos históricos de colonização do saber, do ser e do poder.¹⁷ Em seguida, apresentamos os conceitos dos três tipos

¹⁶ Aqui o termo “modernidade” refere-se ao conceito de colonialidade do poder, que analisa a modernidade ligada ao colonialismo e à produção de hierarquias raciais e epistêmicas, diferenciando-se das concepções presentes nos estudos culturais, mais associadas a processos de secularização, racionalização ou pós-modernidade.

¹⁷ QUIJANO. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina.

de politização, que analisam como temas antes naturalizados são transformados em objetos de disputa coletiva.

Espera-se que essa integração teórica permita observar como a UFMG, enquanto instituição pública, mobiliza narrativas no Instagram para politizar os impactos da Stock Car, conectando-os às fraturas colonial e ambiental. A combinação dessas abordagens busca não apenas descrever as dinâmicas comunicacionais, mas também compreender como elas refletem e agem discursivamente para a desconstrução das hierarquias socioambientais que marcam o debate sobre eventos esportivos.

Ecologia decolonial

Com o olhar a partir do Caribe, e baseado nos conceitos de colonialidade do saber, do ser e do poder¹⁸ para questionar o habitar colonial da Terra, a ecologia decolonial é uma proposta de reflexão acerca dos impactos ambientais das heranças coloniais e das estruturas capitalistas e da modernidade no continente americano.¹⁹ Esse modelo, marcado pela exploração predatória de recursos e pela marginalização de saberes tradicionais, sustenta uma dupla fratura, sendo elas a ambiental, que hierarquiza seres humanos acima da natureza, e a colonial, que consolida a supremacia do homem branco, cristão e abastado sob o restante da população. Ambas são faces de um mesmo sistema que perpetua as desigualdades socioecológicas.

A fratura ambiental manifesta-se em uma dupla lógica de dominação. Verticalmente, coloca a humanidade em posição superior à natureza, e horizontalmente, homogeneizando as diferenças dentro do mundo natural. Quer dizer, enquanto algumas espécies se tornam símbolos de preservação (como tartarugas-marinhas e araras-azuis), animais de criação (como as vacas e as galinhas) são relegados à invisibilidade no debate relativo a direitos e preservação. Da mesma forma, áreas de mata virgem e fora de grandes centros urbanos (como o Parque Nacional da Serra do Cipó) recebem prioridade conservacionista, enquanto as áreas verdes urbanas são tratadas como substituíveis por políticas ambientais de compensação – como a APP do

¹⁸ QUIJANO. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina.

¹⁹ FERDINAND. *Uma ecologia decolonial*.

bairro Califórnia, em Belo Horizonte, desmatada para a construção da Arena MRV; ou as áreas verdes do Mineirão, degradadas para eventos como a Copa do Mundo FIFA 2014 e a Stock Car.

Já a fratura colonial estrutura-se na tríade da colonialidade do poder, do ser e do saber, legitimando a superioridade eurocêntrica e negando a pluralidade de existências. Essa divisão invisibiliza identidades não hegemônicas, como mulheres, transsexuais, negros, povos nativos e pessoas com deficiência etc., reduzindo ecossistemas e povos a categorias genéricas (como homens, antropoceno etc.), apagando as suas complexidades e interseccionalidades.

Assim, a ecologia decolonial propõe um fazer-mundo que transcende a centralidade do conceito de antropoceno. Para isso, integra epistemologias do Sul Global e de comunidades tradicionais, reconhecendo, por exemplo, a cosmovisão indígena que entende humanos como parte de redes mais amplas da vida, como as práticas do Bem Viver,²⁰ ou do mundo ch'ixi.²¹ Essa perspectiva não apenas valoriza a coexistência de múltiplas formas de vida em um navio-mundo, como desafia a noção de “natureza” como recurso passivo, substituindo-a por uma ideologia que priorize o equilíbrio e a justiça ambiental.

A análise de narrativas institucionais, como as do Instagram da UFMG, tem potencial para revelar como as fraturas colonial e ambiental são reproduzidas ou contestadas. No caso da Stock Car, a escolha pelo corte de árvores e pela degradação de áreas verdes urbanas expõe uma lógica que privilegia o desenvolvimentismo capitalista em detrimento dos interesses da comunidade local. Assim, entendemos que a homogeneização do discurso urbano, capaz de impor as vontades particulares de um pequeno grupo hegemônico e silenciar as vozes críticas, promove um imaginário de progresso e exemplifica como as estruturas das fraturas colonial e ambiental se reforçam mutuamente.

Por fim, destaca-se que descolonizar a ecologia exige mais que incluir outras perspectivas. Demanda dismantelar as hierarquias que fragmentam humanos e não humanos. Assim, o diálogo entre comunicação, esporte e ecologia decolonial torna-

²⁰ ACOSTA. *O bem viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos*.

²¹ CUSICANQUI. *Um mundo ch'ixi é possível: ensaios de um presente em crise*.

se um campo propício para observar tensões e construir alternativas que reconciliem diversidade ecológica, equidade social e reparação histórica.

Politização

A articulação entre a teoria da dupla fratura colonial e ambiental com os processos de politização oferece um arcabouço interdisciplinar para compreender como eventos esportivos, como a etapa da Stock Car em Belo Horizonte, tornam-se arenas de disputa entre narrativas hegemônicas e resistências decoloniais. Esse diálogo teórico permite explorar como a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) mobiliza recursos discursivos para desafiar hierarquias socioecológicas e exigir transparência do setor público e privado na organização de megaeventos urbanos.

A politização é definida como um movimento que desloca temas do Reino do Fato – onde são naturalizados como inevitáveis –, para a Esfera Governamental, passando pela Esfera Privada – questionamentos individuais – e pela Esfera Pública – deliberação coletiva.²² Neste estudo, adotamos a categorização de Vimieiro e Maia²³ e de Orlandini,²⁴ adaptando-a ao contexto da Stock Car em Belo Horizonte e à perspectiva decolonial.

Assim, a politização do Tipo 1 caracteriza-se pela desnaturalização de impactos imediatos e localizados. No contexto do esporte, isso ocorre quando eventos inicialmente vistos como “neutros” ou “benéficos” passam a ser criticados em círculos privados, ainda que de forma fragmentada. Este tipo de politização também pode ser entendido como um processo discursivo, impulsionado pela capacidade dos indivíduos de questionar normas estabelecidas e abrir espaço para interpretações divergentes e conflituosas sobre o tema.²⁵ Nesse estágio, a responsabilização recai sobre atores diretos, e as propostas de solução são pragmáticas, limitando-se à mitigação local. As propostas de soluções limitam-se a ações locais – como alteração do local

²² WOOD; FLINDERS. Rethinking depoliticization.

²³ VIMIEIRO; MAIA. Campanhas cívicas e protestos de torcedores: em análise, a politização do futebol.

²⁴ ORLANDINI. *Vozes feministas on-line: o processo de politização e despolitização de três mobilizações por hashtag*.

²⁵ VIMIEIRO; MAIA. Campanhas cívicas e protestos de torcedores.

da corrida –, refletindo uma fase inicial de politização, em que os impactos são percebidos como problemas individuais ou institucionais, sem articulação a sistemas de opressão mais amplos.

Por sua vez, a politização do Tipo 2 amplia-se para a Esfera Pública, conectando os impactos à lógica colonial de ocupação urbana e à exploração ambiental histórica. A mobilização ocorre de forma coletiva, podendo ser, por exemplo, tanto através do uso de hashtags, quanto através da articulação com movimentos sociais. Nessa perspectiva, a responsabilização recai sobre estruturas de poder hegemônicas, enquanto as soluções propostas exigem mecanismos de diálogo coletivo e justiça ambiental, que confrontam a dinâmica de exclusão.

Por fim, a politização do Tipo 3, representa a inclusão do tema na esfera Governamental, exigindo transparência institucional e transformações sistêmicas, materializando-se em políticas públicas, legislação ou regulamentação. Nesse estágio, questões antes discutidas de forma coletiva são incorporadas à agenda institucional, transformando demandas sociais em ações estruturais.

Quando Vimieiro e Maia²⁶ olham para a campanha online de torcedores #ForaRicardoTeixeira, elas identificam a ocorrência dos três tipos de politização. A campanha ocorreu entre julho de 2011 e março de 2012, e tratava-se de uma manifestação contra o então presidente da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), Ricardo Teixeira. Naquele momento, Ricardo Teixeira sofreu acusação de corrupção em relação a comercialização de direitos de transmissão de eventos da FIFA. Apesar da investigação ter se iniciado em 2008, foi no período de 2011 e 2012 que o caso voltou à tona, devido às eleições para a presidência da FIFA e por causa de uma reportagem da Revista Piauí, o que desencadeou protestos online e em estádios de futebol.

Ao analisar o caso, as autoras identificaram como politização do Tipo 1 o rompimento dos torcedores “com a ideia de que a gestão do futebol brasileiro era feita de uma determinada maneira há décadas e que aquela seria a única opção disponível e viável (uma desnaturalização daquele estado de coisas)”.²⁷ Quanto a politização do Tipo 2, está presente na organização dos torcedores em prol da visibilidade dos atos,

²⁶ VIMIEIRO; MAIA. Campanhas cívicas e protestos de torcedores.

²⁷ VIMIEIRO; MAIA. Campanhas cívicas e protestos de torcedores, p. 39.

como a organização de postagens em massa no Twitter usando uma mesma hashtag (twitaço) e organização das manifestações em estádios.

Por fim, as autoras destacam a materialização da politização do Tipo 3 com a Medida Provisória 620/2013, “A MP definiu que esportes que dependem de suporte público precisam adotar políticas que garantam transparência administrativa, rotação na direção das entidades e inclusão de atletas nos comitês técnicos e órgãos administrativos”.²⁸ Porém, também devemos destacar que a medida também deriva de esforços de atletas através da mobilização do movimento Bom Senso F.C. Assim, neste caso também é possível pensar que a medida possa ser fruto de uma politização dos atletas, que desnaturalizam algumas questões, se organizam e alcançam a materialização da MP.

Para operacionalizar a categorização dos tipos de politização, nos baseamos no estudo de Orlandini,²⁹ que redefine os operadores analíticos da teoria de enquadramento para apreender processos de politização, sendo eles: (i) recurso de fala e argumento; (ii) responsabilização; e (iii) proposta de solução.

Como recurso de fala, compreendemos os elementos discursivos utilizados para definir o problema e diagnosticar causas, como dados quantitativos, metáforas e referências históricas. Por responsabilização, referimos às atribuições de culpa a atores ou sistemas que geram impactos. Pode ser direta ou estrutural. E proposta de solução, envolve estratégias para resolver os conflitos, variando de medidas pragmáticas a transformações sistêmicas.

PERCURSO DA COLETA DE DADOS

A escolha do Instagram para a análise deve-se ao seu papel na comunicação institucional da UFMG. Em consulta realizada em 20 de março de 2025, o perfil oficial da universidade contava com 208 mil seguidores na plataforma, posicionando-a como a segunda rede social mais relevante da instituição, atrás apenas do LinkedIn (225 mil seguidores). No entanto, o LinkedIn foi excluído do corpus por não ter publicado

²⁸ VIMIEIRO; MAIA. Campanhas cívicas e protestos de torcedores, p. 39

²⁹ ORLANDINI. *Vozes feministas on-line*.

conteúdo relacionado à Stock Car em 2024, enquanto o Facebook e o TikTok, embora relevantes, apresentam redundância temática e midiática com o Instagram. No Facebook, as postagens replicam as imagens e legendas do Instagram, priorizando texto em formato mais extenso. Por sua vez, no TikTok, os vídeos são idênticos aos publicados no Instagram, com adaptações mínimas.

A exclusão do X ocorre por uma decisão política e ética. Após a aquisição da plataforma por Elon Musk, em 2022, entendemos que as mudanças em suas políticas de moderação – como a flexibilização de regras de comunidade – transformaram a rede em um ambiente de propagação de discurso de ódio, devendo assim ser evitada ou reduzida, quando a análise desses discursos não se faz essencial para a metodologia.

Dessa maneira, o corpus da pesquisa é composto por 5 imagens estáticas, 12 carrosséis e 22 vídeos – incluindo 2 postagens com áudios de entrevistas à Rádio UFMG Educativa. Os materiais foram catalogados em uma planilha de Excel, estruturada com as seguintes colunas: (i) data de publicação; (ii) perfis colaboradores; (iii) formato do conteúdo (vídeo, imagem estática ou carrossel); (iv) descrição do conteúdo visual e textual, incluindo transcrição integral de vídeos e textos de imagens; (v) legenda original da postagem; e (vi) o link direto para acesso ao conteúdo no Instagram. Após a coleta, para auxiliar na categorização, adicionamos mais três colunas, que são: (vii) recurso de fala; (viii) responsabilização; e (ix) proposta de solução.

A coleta de dados, a descrição do conteúdo visual e a transcrição de textos foram realizadas manualmente para garantir a precisão. No caso dos vídeos, foi utilizada a ferramenta de transcrição automática do Adobe Premiere, seguida de revisão manual para correção de pontuação, siglas e termos técnicos, assegurando fidelidade às falas originais. A planilha completa, contendo os dados descritivos das postagens e as categorizações analíticas está disponível para acesso público na plataforma Zenodo,³⁰ seguindo padrões de transparência e reprodutibilidade científica.

³⁰ SILVA. Conjunto de Dados: Análise de Postagens do Instagram da UFMG sobre a Stock Car em Belo Horizonte. Zenodo. Disponível em: <https://doi.org/10.5281/zenodo.17108077>.

RESULTADO E DISCUSSÃO

Esta seção está estruturada em três etapas analíticas, alinhadas aos tipos de politização e à perspectiva teórica da ecologia decolonial. Em um primeiro momento, são apresentados os resultados da análise de conteúdo e de enquadramento das 39 postagens do Instagram da UFMG, categorizadas segundo os três tipos de politização. Em seguida, discutimos como essas estratégias discursivas articulam críticas técnicas, estruturais e institucionais, expondo as fraturas colonial e ambiental. Por fim, sintetizamos a hibridização dessas abordagens, destacando avanços e limitações da atuação da universidade. A discussão integra dados empíricos, referências teóricas e contexto histórico para evidenciar a complexidade de politizar eventos esportivos no Sul Global.

Politização de Tipo 1

A análise da politização do Tipo 1 revela uma estratégia discursiva fundamentada em dados técnicos e críticas quantificáveis, articulada para contestar os efeitos imediatos do evento. A universidade destacou impactos ambientais concretos, como o corte de árvores para adequação das vias, o bloqueio de ruas e a emissão de ruídos acima dos limites permitidos nas proximidades de hospitais. Além disso, documentou prejuízos institucionais significativos, como a interdição do Hospital Veterinário, que impediu o atendimento de 3.000 animais; a suspensão de serviços da Faculdade de Odontologia, incluindo consultas para diagnósticos de câncer; e a restrição de acesso ao Centro Esportivo Universitário (CEU), afetando atividades acadêmicas e esportivas. Esses dados serviram como base para uma contranarrativa que confrontou as projeções econômicas divulgadas pela Stock Car e pela Federação das Indústrias de Minas Gerais (Fiemg), que alegavam benefícios financeiros e visibilidade internacional para a cidade. De forma complementar, a UFMG utilizou os estudos do Ipead para questionar a falta de transparência e possíveis falhas metodológicas dessas projeções, apontando discrepâncias entre os números divulgados e a realidade econômica.

Entretanto, na politização do Tipo 1, a ênfase em argumentos técnicos expõe uma limitação na abordagem da universidade quanto a ausência de diálogo com as vozes da comunidade afetada. Ao priorizar dados objetivos, a UFMG reforçou uma

hierarquia epistêmica que privilegia sua autoridade institucional em detrimento de relatos subjetivos de moradores e usuários dos serviços impactados. Como veremos mais adiante, essa lacuna não é resolvida na politização de Tipo 2, como se esperava, e revela uma contradição comum em estratégias de comunicação de instituições públicas, que muitas vezes negligenciam narrativas coletivas em favor de uma racionalidade técnica, perpetuando desigualdades na representação de interesses.

Quanto à responsabilização pelos danos, a universidade identificou os organizadores do evento e a Prefeitura de Belo Horizonte como os principais agentes dos abusos cometidos. Dessa maneira, criticou a escolha do entorno do campus Pampulha para o circuito, decisão tomada sem consulta prévia à instituição, e apontou falhas operacionais, como a falta de planejamento para realocar animais do Hospital Veterinário, obrigando a universidade a arcar com os custos emergenciais para evitar eutanásias; o bloqueio de acessos a unidades de saúde e ao CEU, prejudicando pessoas com mobilidade reduzida, autismo ou em tratamento crítico; e a atuação violenta de agentes de segurança do evento, que utilizaram spray de pimenta contra comerciantes locais. A Prefeitura também foi acusada de ignorar protocolos básicos de mitigação, enquanto a Fiemg recebeu críticas por inflar os dados de benefícios econômicos sem transparência metodológica.

Por fim, as propostas de solução de politização de Tipo 1, apresentadas pela UFMG, concentraram-se em medidas pragmáticas para reduzir danos imediatos, como a alteração do local do evento, o desbloqueio de vias públicas e a transferência temporária de animais. A universidade também defendeu a remoção das barreiras físicas, como grades e isolamentos acústicos, que isolam o campus da cidade. No entanto, essas soluções foram reconhecidas como paliativas, pois não abordam problemas estruturais, como a priorização de interesses privados sobre direitos universitários ou a lógica excludente do desenvolvimentismo urbano.

Politização do Tipo 2

Ao adotar a politização de Tipo 2 em suas postagens, a UFMG amplia a crítica aos impactos da Stock Car em Belo Horizonte, transcendendo questões pontuais para

expor as fraturas ambiental e colonial, destacando a degradação ambiental e a marginalização de vozes coletivas. Seu discurso articula uma narrativa decolonial que interliga passado e presente, denunciando como a priorização de interesses privados sobre o bem comum reproduz padrões históricos de opressão no território urbano. A universidade destaca, por exemplo, que a supressão de áreas verdes para a construção do circuito não apenas fragmenta os corredores verdes, essenciais para a biodiversidade urbana, mas também ignora documentos oficiais de 1972 e 1988, os quais já declararam a região do campus Pampulha como inviável para eventos automobilísticos. Do mesmo modo, ao se opor a lógica de compensação ambiental – posição expressada pela frase utilizada em uma postagem da universidade, que diz "não há compensação, esse tempo já acabou" –, a UFMG declara que a política de mitigação anunciada pela Stock Car já não é suficiente diante do cenário de emergência climática que estamos vivendo.

Essa crítica se estende à responsabilização de agentes públicos e privados. A Prefeitura de Belo Horizonte e os organizadores do evento são acusados de replicar uma lógica colonial ao subordinar a preservação ambiental e a autonomia universitária a interesses privados. Assim como a escolha do entorno da UFMG para o autódromo, realizada sem consulta à comunidade acadêmica ou a moradores, é vinculada a um histórico de exclusão institucional que silencia vozes locais em prol de projetos elitistas.

A universidade denuncia ainda o *greenwashing* praticado por esses atores, como a realização de visitas técnicas sem relevância acadêmica e o impulsionamento, via agência de marketing, de suposta sustentabilidade para legitimar o evento. Por fim, o uso de charge com árvores cortadas com o estádio Mineirão ao fundo sintetiza essa crítica ao ilustrar a violência sistêmica por trás de intervenções urbanas que privilegiam o lucro em detrimento da vida coletiva.

As propostas de solução apresentadas pela UFMG, nesse contexto, demandam transformações no modelo de gestão urbana. A universidade defende a necessidade de um diálogo multissetorial que inclua moradores, movimentos sociais e instituições públicas na tomada de decisões, rejeitando a marginalização dessas vozes. Assim como convoca a comunidade acadêmica para gravar vídeos e utilizar as hashtags #StockCarNaUFMGNão e #UFMGEuDefendo, transformando as redes sociais em espaços de resistência simbólica e em ferramentas de pressão por transparência nas

decisões dos poderes públicos. Essas ações reforçam a ideia de que a cidade é um bem comum, não um palco para interesses privados, e exigem a reformulação de marcos urbanos que priorizem a inclusão social e a preservação de áreas verdes.

Por fim, a UFMG pressiona, ainda, por políticas que protejam os corredores verdes e evitem a fragmentação dos habitats urbanos, destacando que eventos como a Stock Car não apenas destroem ecossistemas, mas reproduzem uma lógica de exploração que subordina a ecologia ao capital. A defesa da Estação Ecológica da UFMG como patrimônio de preservação urbana e a crítica ao isolamento físico do campus – simbolizado por tapumes metálicos que bloqueiam o acesso da comunidade – são articuladas como resistência à colonialidade do espaço público e defesa do direito à cidade. Ao associar essas demandas a referências históricas e a perspectivas decoloniais, a universidade posiciona-se como guardião de direitos coletivos, propondo um novo paradigma de cidade que integre justiça ambiental e respeito à função social das instituições públicas.

Contudo, embora as propostas da UFMG representem um avanço ao conectar ética ambiental, ação coletiva e crítica histórica, a universidade também enfrenta desafios. A ausência de vozes para além da comunidade acadêmica – como de moradores e de comerciantes locais – nas estratégias de mobilização revela uma lacuna na pluralidade epistêmica, limitando o potencial de resistência. Para que a luta transcenda o âmbito simbólico e alcance mudanças concretas, é necessário ampliar a inclusão de saberes locais e fortalecer alianças com movimentos sociais que confrontam não apenas a Stock Car, mas as estruturas de poder que perpetuam a colonialidade no território urbano.

Politização do Tipo 3

O recurso de fala da politização do Tipo 3, posiciona-se como uma denúncia aos sistemas de poder que subordinam a justiça ambiental, a autonomia universitária e a ética pública a interesses privados. Para isso, a universidade mobiliza discursos jurídicos e institucionais, como a menção à insuficiência técnica das medidas de mitigação sonora apontada pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Minas Gerais

(CAU-MG), que classificou as propostas dos organizadores como ineficazes, e à atuação da Advocacia-Geral da União (AGU) e do Ministério Público Federal (MPF), que pressionaram pela revisão do projeto e pela comprovação de ações compensatórias. Esses argumentos são reforçados por precedentes históricos, como documentos de 1972 e 1988 que já consideravam inviável a realização de eventos no entorno do campus Pampulha. A UFMG destaca ainda que o corte de árvores nativas e a falta de consideração do aumento de 4,2°C na temperatura da cidade não apenas violam normas ambientais, mas ignoram décadas de alertas técnicos, agravando a fragilidade ecológica da região.

Assim, a universidade alerta para a falta de transparência em contratos assinados entre a Prefeitura e a Stock Car, como o acordo de dezembro de 2023, cujos termos não foram divulgados. Também classifica como ineficaz, e fruto da falta de diálogo, a proposta de barreiras acústicas permanentes que isolam a UFMG da comunidade. A universidade associa essas práticas a um padrão histórico de marginalização de instituições públicas, exemplificado pela interdição do Hospital Veterinário e da Faculdade de Odontologia, priorizando interesses privados sobre serviços essenciais. A crítica amplia-se para a subordinação da ciência a agendas comerciais, como no caso da agência Viral, que promoveu peças publicitárias destacando a sustentabilidade do evento, omitindo impactos como o estresse em animais de laboratório e a interrupção de pesquisas biomédicas. Ainda no âmbito da ciência, a UFMG também rejeita soluções vistas como superficiais, como o replantio de árvores em áreas distantes, incapazes de restabelecer a conectividade ecológica dos corredores verdes, destruídos pelo evento.

Além disso, a universidade também expõe violências simbólicas e institucionais, como o descredenciamento do jornalista do site de notícias Grande Prêmio, em retaliação a críticas publicadas, assim como o uso de spray de pimenta por agentes de segurança contra comerciantes locais. Em diversos momentos esses episódios são vinculados a uma lógica colonial de desenvolvimentismo que prioriza o lucro sobre o direito à cidade, como acessibilidade para pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) ou mobilidade reduzida.

Por fim, nas propostas de solução, a UFMG exige *accountability* técnica e jurídica, demandando que as decisões sejam baseadas em evidências científicas e não em

retóricas empresariais. A revisão de contratos entre a Prefeitura e a Stock Car foi uma pauta prioritária da universidade, que foca na transparência das cláusulas que permitem intervenções no entorno do campus sem consulta à universidade. A Moção do Conselho Universitário de 2024 sintetiza essa exigência, reivindicando participação formal da UFMG em processos decisórios e o cumprimento de precedentes legais, como os documentos históricos que vetavam autódromos na região. A universidade também pressiona por *compliance* ético e científico, como a suspensão judicial imediata dos preparativos – exigida pela AGU e pelo MPF – para evitar danos irreversíveis a pesquisas e serviços de saúde, e a realização de audiências públicas que incluam movimentos sociais e órgãos como a Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG).

A resistência institucional manifesta-se na rejeição a iniciativas como a “visita técnica” da Stock Car, vista como instrumentalização discente, e na defesa de princípios de saúde única, que equiparam o Hospital Veterinário a unidades de saúde humana. A UFMG exige ainda a revisão de contratos que autorizam intervenções de longo prazo (como cinco anos de evento no entorno do campus) sem considerar danos como a fragmentação dos corredores verdes ou o aumento da temperatura local. Ao afirmar que “a UFMG vive pela cidade”, a reitora Sandra Goulart reafirma o papel da universidade como guardiã de valores éticos e científicos, integrando a resistência à Stock Car a uma luta mais ampla por justiça ambiental e descolonização do espaço público, e defendendo que a autonomia universitária e a participação comunitária orientem políticas urbanas que coloquem o bem coletivo acima do lucro privado.

Concluimos assim que a análise das postagens da UFMG sobre a Stock Car revela uma dinâmica híbrida de politização, na qual críticas técnicas, estruturais e institucionais coexistem e se entrelaçam, espelhando a complexidade de resistir a projetos urbanos hegemônicos. A universidade combina, por exemplo, dados quantitativos – como o corte de árvores nativas – com denúncias da colonialidade do desenvolvimento, vinculando o evento a ciclos históricos de exploração em Minas Gerais, estado já marcado por crimes cometidos por mineradoras como em Mariana e Brumadinho. Essa imbricação evidencia que a politização não segue uma linearidade, mas opera em múltiplas dimensões, adaptando-se a contextos de disputas que exigem tanto evidências mensuráveis quanto narrativas críticas sobre o passado colonial.

A politização de Tipo 1, focada em impactos imediatos como o excesso de ruído próximo do Hospital Veterinário ou o bloqueio do CEU, desnatura danos ao expor a fratura ambiental que fragmenta o território urbano. No entanto, ao propor soluções pragmáticas – como mudar o local do evento –, a UFMG reproduz parcialmente a hierarquia epistêmica criticada na ecologia decolonial, privilegiando métricas acadêmicas em detrimento de vozes comunitárias. Essa tensão entre eficácia comunicativa (dados verificáveis) e pluralidade epistêmica (saberes locais) ilustra o dilema de instituições que buscam criticar estruturas coloniais sem romper totalmente com instrumentos eurocêntricos.

Na transição para o Tipo 2, a universidade amplia o escopo ao conectar a Stock Car à colonialidade do desenvolvimentismo, denunciando a lógica mineradora de compensação ambiental que historicamente subordina a sustentabilidade a interesses econômicos. Recursos simbólicos – como charges de árvores cortadas e hashtags (#StockCarNaUFMGNão) – transformam o Instagram em arena de resistência coletiva, desafiando a narrativa do "progresso" urbano. Ainda assim, a ausência de perspectivas e relatos de moradores impactados pelo evento, revela um limite em que a politização decolonial, mesmo crítica, permanece mediada por uma racionalidade institucional que silencia epistemologias como o Bem Viver ou o mundo ch'ixi, centrais para uma ecologia radicalmente plural.

Por fim, o Tipo 3 explicita uma politização avançada, exigindo transparência jurídica e revisão de contratos opacos entre a Prefeitura e a Stock Car. Ao pressionar por *accountability* e citar órgãos como a Advocacia-Geral da União (AGU), a UFMG confronta a lógica colonial de gestão urbana, que prioriza megaeventos sobre serviços públicos.

Através deste estudo, percebemos que a hibridização entre os tipos de politização manifesta-se em postagens que mesclam denúncias técnicas (Tipo 1) e críticas históricas (Tipo 2). Por exemplo, a crítica à "falta de diálogo" com a academia combina dados sobre prejuízos à pesquisa científica com referências a documentos de 1972/1988 que já vetavam autódromos no entorno da UFMG. Essa sobreposição reforça a não linearidade do processo de politização, na qual a universidade alterna entre proteger seus interesses institucionais e questionar a colonialidade urbana – uma dualidade que reflete tanto sua potência crítica quanto sua inserção ambígua em estruturas de poder.

Assim, a ecologia decolonial emerge como horizonte dessa politização. Ao rejeitar a "compensação ambiental" superficial e exigir "dignidade animal", a UFMG sinaliza uma visão que valoriza a interconectividade dos ecossistemas e a justiça climática. Contudo, a materialização dessa perspectiva exigiria uma ruptura mais ampla com lógicas capitalistas e uma escuta ativa de comunidades locais, cujos saberes e demandas permanecem ausentes no corpus analisado.

Em síntese, a politização da Stock Car pela UFMG ilustra o papel contraditório de instituições públicas como atores decoloniais, em que tem potencial para desafiar hierarquias socioambientais ao mobilizar expertise técnica e memória histórica, apesar de ainda se manterem reféns de dinâmicas que reproduzem fraturas epistêmicas. Para transcender o âmbito simbólico do Instagram e alcançar transformações reais, é necessário ampliar o diálogo para além dos muros acadêmicos, integrando narrativas de moradores, movimentos sociais e epistemologias tradicionais – elementos que constituem uma ecologia que não se satisfaça com "soluções técnicas", mas exija reparação histórica e equidade urbana como pilares do direito à cidade no Sul Global.

CONSIDERAÇÃO FINAL

Este estudo demonstrou como a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) articulou uma estratégia política híbrida para confrontar os impactos da Stock Car em Belo Horizonte, combinando denúncias técnicas, críticas estruturais e exigências institucionais. A análise das 39 postagens no Instagram revelou que a universidade transitou entre expor danos imediatos – como o corte de árvores nativas e a interdição do Hospital Veterinário – e vincular o evento a padrões históricos de exploração, como os crimes de Brumadinho e Mariana. A frase "não há compensação, esse tempo já acabou", utilizada pela universidade em uma das postagens analisadas, encapsulou a rejeição a reparações superficiais, exigindo transformações que confrontam a lógica colonial subjacente aos megaeventos.

A UFMG emergiu como ator político contraditório onde, ao mesmo tempo que pressionou a Prefeitura de Belo Horizonte e a Stock Car por transparência e *accountability*, respaldando-se em órgãos como a Advocacia-Geral da União (AGU) e o Ministério Público Federal (MPF), reproduziu hierarquias epistêmicas ao privilegiar

dados técnicos em detrimento de vozes comunitárias. Essa tensão ilustra o desafio de instituições públicas em desmontar estruturas coloniais enquanto operam dentro delas. A hibridização das estratégias mostrou-se eficaz para desnaturalizar danos, mas limitada pela ausência de perspectivas de outras comunidades afetadas, como relatos de moradores impactados pelo bloqueio de vias ou comerciantes afetados.

Os desdobramentos posteriores à análise confirmaram empiricamente a eficácia da estratégia de politização adotada pela UFMG. Em julho de 2025, menos de um ano após a primeira edição, a Vicar cancelou a etapa de Belo Horizonte prevista para agosto do mesmo ano, transferindo-a para o Circuito dos Cristais, em Curvelo, também no estado de Minas Gerais. Este desfecho materializa a politização de Tipo 3 identificada no estudo, demonstrando como a articulação entre *expertise* técnica universitária, mobilização coletiva e pressão jurídica alcançou os seus objetivos em fazer a organização do evento recuar da realização da prova no entorno do Mineirão. A atuação do Ministério Público Federal (MPF), que desde abril de 2025 exigia a suspensão do evento até a comprovação de medidas eficazes de mitigação sonora, reforçou tecnicamente as críticas apresentadas pela universidade. A quebra unilateral do contrato de cinco anos, após apenas uma edição, expõe a fragilidade do modelo desenvolvimentista que privilegia projeções de lucro – frequentemente inflados ou irreais –, ignorando os impactos socioambientais. Assim, confirma-se a crítica à colonialidade do espaço urbano e demonstra-se que a resistência institucional articulada pode confrontar a lógica de megaeventos que subordinam o bem comum a interesses privados.

Teoricamente, o artigo avançou no debate relativo à conectividade entre o campo de “Comunicação e Política” com o subcampo “Comunicação e Esporte” ao propor e testar uma metodologia que busca desconstruir a neutralidade ambiental atribuída a megaeventos, expondo seu entrelaçamento com violências socioambientais. Na prática, destaca-se a urgência de revisar políticas urbanas que priorizam eventos comerciais sobre serviços essenciais e o bem-estar dos cidadãos.

Para o futuro, as pesquisas devem explorar como a recepção pública das críticas da UFMG varia entre diferentes grupos, integrando epistemologias como o Bem Viver e o mundo ch’ixi para equilibrar dados técnicos e saberes tradicionais. Estudos comparativos entre conflitos urbanos no Sul Global também podem ser úteis para

identificar padrões de colonialidade em projetos desenvolvimentistas, ampliando o diálogo sobre justiça ambiental.

Em síntese, o conflito em torno da Stock Car não é um episódio isolado, mas um reflexo da colonialidade que molda cidades como Belo Horizonte. A luta por justiça ambiental exige mais que dados científicos, demandando a descolonização do espaço urbano, a centralidade de saberes plurais e a desconstrução de sistemas que hoje silenciam comunidades. Repensar a cidade a partir de valores éticos, ecológicos e democráticos implica não apenas criticar, mas reimaginar radicalmente as relações entre poder, território e vida coletiva, sendo assim um desafio para as instituições públicas, para os movimentos sociais e para a academia no Sul Global.

* * *

REFERÊNCIAS

- ACOSTA, Alberto. **O bem viver**: uma oportunidade para imaginar outros mundos. Trad.: Tadeu Breda. Cotia/SP: Autonomia Literária, 2016.
- ANDRADE, Carlos Drummond de. Triste horizonte. In: **Discurso de primavera e algumas sombras**. 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1978, p. 11-4.
- CUSICANQUI, Silvia. Rivera. **Um mundo ch'ixi é possível**: ensaios de um presente em crise. Trad. Sue Iamamoto. São Paulo: Editora Elefante, 2024.
- FERDINAND, Malcom. **Uma ecologia decolonial**. Trad.: Leticia Mei. São Paulo: Ubu Editora, 2022.
- HAY, Colin. **Why we hate politics**. Cambridge, UK: Polity Press, 2007.
- MAIA, Rousiley; CHOUCAIR, Tariq; SANGULARD, Fernanda. **Análise de enquadramentos**. In: MAIA, Rousiley. Métodos de pesquisa em comunicação política. Salvador, BA: Edufba, 2023, p. 109-27.
- MAIA, Rousiley; HAUBER, Gabriella; PAULA, Júlia Ester de. **Análise de Conteúdo**. In: MAIA, Rousiley. Métodos de pesquisa em comunicação política. Salvador, BA: Edufba, 2023, p. 39-80.
- MALLEN, Cheryl; STEVENS, Julie; ADAMS, Lorne; MCROBERTS, Scott. **The Assessment of the Environmental Performance of an International Multi-Sport Event**. *European Sport Management Quarterly*, v. 10, n. 1, p. 97-122, 2010.
- MCCULLOUGH, Brian. Advancing sport ecology research on sport and the natural environment. **Sport Management Review**, v. 26, n. 5, p. 813-33, 2023.

ORLANDINI, Mayara Garcia. **Vozes feministas on-line: o processo de politização e despolitização de três mobilizações por hashtag**. Tese (Doutorado), Belo Horizonte, UFMG, 2023.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. Em: LANDER, E. (Ed.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. São Paulo: CLACSO, 2005, p. 117-39.

TRENDAFILOVA, S.; MCCULLOUGH, Brian. Environmental sustainability scholarship and the efforts of the sport sector: a rapid review of literature. **Cogent Social Sciences**, v. 4, n. 1, 2018.

VIMIEIRO, A. C.; MAIA, R. C. M. Campanhas cívicas e protestos de torcedores: em análise, a politização do futebol. **Esferas**, v. 1, n. 10, 7 abr. 2018.

WOOD, M.; FLINDERS, M. Rethinking depoliticisation: beyond the governmental. **Policy & Politics**, v. 42, n. 2, p. 151-70, 2014.

Sites e Matérias

BELO HORIZONTE. Decreto nº 18.632, de 16 de fevereiro de 2024, 16 fev. 2024.

CAMILO, José Vítor. Moradores fecham ruas do Mineirão após PBH iniciar corte de árvores para corrida. **O Tempo**, 28 fev. 2024.

CAMILO, José Vítor. Árvores ameaçadas foram plantadas em 2013 para compensar reforma do Mineirão. **O Tempo**, 1º mar. 2024.

IPEAD. GP de Belo Horizonte – Stock Car deve gerar impacto de até R\$ 285 milhões na economia de Belo Horizonte. **IPEAD**, 26 set. 2023.

LEÃO, Luan. Belo Horizonte registra chuva após cinco meses de estiagem. **CNN Brasil**, 21 set. 2024.

MPF. MPF pede novamente que Justiça suspenda corrida da Stock Car em Belo Horizonte. **MPF**, 13 ago. 2024.

NINJA. Entenda as consequências sociais e ambientais da instalação da pista de Stock Car em Belo Horizonte. **Mídia Ninja**, 18 ago. 2024.

STOCK CAR. BH entra na reta final de preparação para a Stock Car. **Stock Car**, 5 ago. 2025.

UFMG. UFMG estima gastos de R\$ 1 milhão para mitigar impactos da Stock Car. **UFMG**, 19 ago. 2024.

VASCONCELOS, Ana Carolina. Enchentes em BH são consequências de decisões tomadas pelo município, dizem pesquisadores. **Brasil de Fato**, 1º nov. 2024.

* * *

Recebido em: 08 abr. 2025.
Aprovado em: 12 set. 2025.